

AÇÃO COLETIVA

Amagis cobra irredutibilidade e tratamento isonômico

Adriano Boaventura



Edgard Moreira, Herbert Carneiro, Dídimo Inocêncio e José Eduardo no Fórum Lafayette

A Amagis ingressou, no dia 29 de maio, com ação ordinária coletiva na 4ª Vara da Fazenda Estadual, com o objetivo de obter a nulidade da absorção da parcela do artigo 95, do inciso III da Constituição Federal, e o pagamento de diferenças atrasadas dos subsídios de mais de 300 magistrados.

Na ação, a Amagis requer a aplicação da recomposição monetária anual com base em dois princípios: irredutibilidade e a isonomia.

Página 3

DEFESA DE MAGISTRADO

Associação e entidades defendem juiz em ato

Com apoio de várias entidades, a Amagis e os magistrados da região do Vale do Aço promoveram, no dia 20 de maio, ato público contra ataques feitos à independência e ao trabalho dedicado, responsável e isento dos juízes da Comarca de Ipatinga, especialmente a atuação do juiz Antônio Au-

gusto Calaes de Oliveira, da 2ª Vara Criminal.

Ainda em maio, a Amagis divulgou notas em defesa da conduta de três juízes: Isaias Veloso, de Montes Claros, Lúcia de Fátima Magalhães Albuquerque Silva, de Ouro Preto, e Fábio Garcia Macedo Filho, de São Lourenço.

Páginas 6 e 7

Frente Parlamentar fortalecerá a magistratura e a Justiça

Página 11

Gestão itinerante vai ao Triângulo e ao Sul de Minas

Página 5

Amagis Saúde é modelo para Asmeço

Página 24

Irredutibilidade e isonomia são cláusulas pétreas

HERBERT CARNEIRO*

Em cumprimento de nossa precípua e permanente missão associativa de resguardar, administrativamente ou em juízo, os direitos e as prerrogativas dos magistrados mineiros, ingressamos, no último dia 29 de maio, na 4ª Vara da Fazenda Estadual, com uma ação ordinária coletiva para garantir a irredutibilidade dos vencimentos e em defesa do princípio constitucional da isonomia.

A demanda tem ligação direta com os limites remuneratórios, baseada em dois fatores principais e correlatos que, segundo jurisprudência dos tribunais, notadamente do Supremo Tribunal Federal (STF), asseguram, ambos, o recebimento de remuneração com valores excedentes ao teto salarial.

Como ocorreu em relação às vantagens pessoais, quando da implantação do subsídio único dos magistrados mineiros, também houve o resguardo do recebimento de valores que já excediam ao teto a eles aplicado, por serem inatingíveis como cláusula pétrea protetora dos direitos e garantias individuais.

O valor que, por lei, foi acrescido no subsídio, foi subtraído da parcela do artigo 95-III, da Constituição Federal, no mesmo montante, sendo exatamente esse ato, de absorção, com sua prejudicial repercussão remuneratória, que dá origem a nossa ação coletiva, com vistas ao alcance das reparações judiciais que o caso impõe.

Entendemos que a garantia da irredutibilidade deve prevalecer incondicionalmente, permitindo o direito ao reajuste do subsídio concedido, generalizadamente, a todo membro da magistratura mineira. A negativa desse direito importa em ofensa direta à garantia de revisão geral anual da remuneração e dos subsídios, além do princípio constitucional da isonomia, na medida em que esse tem o efeito de impedir tratamento remuneratório desigual a membros do Poder Judiciário, que têm atividades funcionais iguais.

Por se tratar de mera recomposição, e não aumento real, o benefício não pode ser estendido a uns e negado a outros por efeito da concomitante absorção aqui impugnada. Isso não tem o menor cabimento jurídico, porque contraria a irredutibilidade dos vencimentos e os direitos e garantias fundamentais. O simples reajuste não só se generaliza ante o invocado princípio constitucional como se reforça com a revisão geral anual do subsídio.

Não custa reafirmar a diferença básica entre aumento real de remuneração e a simples recomposição monetária, que visa apenas repor o poder aquisitivo dos vencimentos. No quadro constitucional brasileiro, constitui ofensa à isonomia a lei que, à vista da erosão inflacionária do poder de compra da moeda, não dá alcance universal à revisão de vencimentos destinada exclusivamente a minorá-la ou que fixa vencimentos diferentes para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas.

Nenhuma lei pode estabelecer tratamento remuneratório diferenciado ou discriminatório entre servidores de igual situação funcional, pelo mesmo motivo, e até com mais lógica, não pode ter nenhuma validade jurídica qualquer restrição administrativa que importe, por via direta ou indireta, em absorver ou frustrar o alcance do benefício da lei, importando, obviamente, em prejuízo patrimonial que foi condenado pelo STF.

Caso contrário, seria prejuízo de maior gravidade, em termos de remuneração de servidor público, simplesmente aceitar o congelamento total, por tempo indeterminado, do seu subsídio, o que poderá acontecer, no caso, até dez anos ou mais, privando os magistrados, nesse período, até mesmo da simples atualização monetária da remuneração deles.

Razão pela qual nossa postulação está exaustivamente amparada em fundamentos constitucionais e legais de suma relevância e da maior profundidade jurídica. Diante disso, recorreremos ao ilustre advogado Edgard Moreira da Silva, com associação do assessor da Presidência da Amagis, desembargador Dídimo Inocêncio de Paula, que deram sustentação à demanda.

Em outra frente, estamos investindo ainda mais na interlocução e diálogo com o Legislativo mineiro e com as Associações estaduais na busca de um novo caminho para a magistratura brasileira. Mantivemos como bandeiras incondicionais o resgate do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e da paridade entre ativos e inativos, além da permanente luta pela recomposição justa dos subsídios. Essa é uma luta da qual Minas sempre foi pioneira e idealizadora das propostas de emenda constitucionais que tramitam no Congresso com esses objetivos. ●

“A garantia da irredutibilidade deve prevalecer incondicionalmente, com o direito ao reajuste do subsídio concedido, generalizadamente, a todo membro da magistratura”

(*) Presidente da Amagis



Jornal Mensal da
Associação dos
Magistrados Mineiros
AMAGIS

Rua Albitea, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

ISSN - 1981-4577
(Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569
(Decisão On-line)

Presidente:

Desembargador Herbert
José de Almeida Carneiro

Vice-presidente Administrativa:
Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente Financeiro:
Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente de Saúde:
Juiz Maurício Torres Soares

**Vice-presidente dos
Aposentados e Pensionistas:**
Desembargador Tibagy
Salles Oliveira

Vice-presidente do Interior:
Juíza Ivone Campos
Guilarducci Cerqueira

**Vice-presidente
Sócio-cultural-Esportivo:**
Desembargador Tiago Pinto

Diretor-Secretário:
Morvan Rabêlo de Rezende

Diretora-Subsecretária:
Juíza Maria da Graça Rocha Santos

Diretoras de Comunicação:
Juízas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Editoração

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Tiragem: 2.200 exemplares

ÍNDICE

Associações
discutem resgate do
ATS em BH

4

9

Sistema abre
possibilidade de
participação dos
magistrados

➤ Ação coletiva cobra isonomia de reajuste e irredutibilidade 03
➤ Associações discutem resgate do ATS em BH 04
➤ Triângulo e Sul de Minas entram na rota da interiorização 05
➤ Amagis mobiliza Vale do Aço contra ataques a magistrado 06
➤ Em notas, Associação reafirma independência de juiz 07
➤ Presidente faz alerta sobre sistema prisional no Supremo 08
➤ Sistema abre possibilidade de participação dos magistrados 09
➤ 'Mães que cuidam' garante convívio familiar a detentas 10

➤ Amagis e ALMG lançam Frente Parlamentar 11
➤ Novo Fórum é todo informatizado 13
➤ Veja os temas dos programas de TV da Amagis 14
➤ Cirque du Soleil traz novo espetáculo a Belo Horizonte 16
➤ Amagis promove lazer aos magistrados 18
➤ Aposentados de 2012 serão homenageados pela Amagis 21
➤ Alimentação saudável é tema de encontro do 'Amor à Vida' 23
➤ Plano de Saúde da Amagis inspira Associação de Goiás 24

Em notas, Associação
reafirma
independência de juiz

7

Aposentados de
2012 serão
homenageados
pela Amagis

21

SUBSÍDIOS

Ação coletiva cobra isonomia de reajuste e irredutibilidade

Convencida do princípio constitucional de isonomia e da irredutibilidade dos vencimentos, a Amagis ingressou, no dia 29 de maio, com ação ordinária coletiva na 4ª Vara da Fazenda Estadual, com o objetivo de obter a nulidade da absorção da parcela do artigo 95, do inciso III da Constituição Federal, e o pagamento de diferenças atrasadas dos subsídios de mais de 300 magistrados.

“A garantia da irredutibilidade deve prevalecer incondicionalmente, com o direito ao reajuste do subsídio concedido, generalizadamente, a todo membro da magistratura”, disse o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, ao admitir que a demanda tem ligação direta com o recebimento de remuneração com valores excedentes ao teto salarial.

A Associação contratou o advogado especialista Edgard Moreira da Silva para, em associação do assessor da Presidência da Amagis, desembargador Dídimo Inocêncio de Paula, ingressar com a ação, que ainda se fundamenta em votos de vários ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), como Sepúlveda Pertence, Maurício Correa e Celso de Mello, e outros destacados juristas.

A CLASSE

Na ação, que tem como proponentes 371 magistrados mineiros, a Amagis requer que não seja absorvida a parcela mencionada acima e que seja aplicada, a

Georgia Bacvaroff



Com Edgard Moreira e Dídimo Inocêncio, Herbert Carneiro protocola a ação no Fórum Lafayette

todos os magistrados, a recomposição monetária anual, só havendo absorção da parcela do artigo 95, inciso III da CF, quando houver aumento real, conforme o texto da inicial.

De acordo com o texto, a Associação requer que seja aplicado ou mantido o reajuste dos valores dos subsídios mensais dos magistrados beneficiários da ação, nos percentuais dos incisos I e II do art. 1º da Lei Estadual nº 18.698 de 2010, para seu efetivo recebimento integral, anulando-se as absorções impugnadas relativas às parcelas do art. 95, citado acima. “De modo que sejam restabelecidas ou mantidas com os mesmos valores originários, procedendo-se da mesma forma em relação a eventuais absorções e quanto aos subsídios fixados na recente Lei Estadual nº 20.642 de

2013, bem como no que toca a novos reajustes legais supervenientes da mesma natureza”, diz trecho da ação.

Na ação, ainda se requer que sejam pagos, com juros e correção monetária, todas as diferenças atrasadas de subsídios ou da remuneração, que foram ou venham a ser objeto de absorção, consideradas as parcelas do art. 95-III, além da condenação ao reembolso das custas e ao pagamento de honorários advocatícios.

INGRESSO

A ação foi protocolada no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, por Edgard Moreira, acompanhado de Dídimo Inocêncio, do presidente da Amagis e do coordenador jurídico da Amagis, José Eduardo Vecchi. De acordo com Herbert Carneiro, a exemplo do que ocorreu em relação às vantagens pessoais,

quando da implantação do subsídio único dos magistrados mineiros, também houve o resguardo do recebimento de valores que já excediam ao teto a eles aplicado, por serem inatingíveis como cláusula pêtrea protetora dos direitos e garantias individuais.

DIREITO

“O valor que, por lei, foi acrescido no subsídio, foi subtraído da parcela do artigo 95-III, da Constituição Federal, no mesmo montante, sendo exatamente esse ato, de absorção, com sua prejudicial repercussão remuneratória, que dá origem a nossa ação coletiva, com vistas ao alcance das reparações judiciais que o caso impõe”, pontuou, ressaltando que a garantia da irredutibilidade deve prevalecer incondicionalmente, permitindo o

direito ao reajuste do subsídio que concedido, generalizadamente, a todo membro da magistratura mineira.

Segundo o advogado Edgard Moreira, a negativa desse direito caracteriza ofensa direta à garantia de revisão geral anual da remuneração e dos subsídios, além do princípio constitucional da isonomia, na medida em que esse tem o efeito de dar tratamento remuneratório igual a membros do poder judiciário, que têm atividades funcionais iguais.

Como o caso envolve mera recomposição monetária, e não aumento real, o benefício não pode ser concedido a uns magistrados em detrimento de outros. “Isso não tem o menor cabimento jurídico, porque contraria a irredutibilidade dos vencimentos e os direitos e garantias fundamentais”, acentuou o presidente da Amagis. ●

PARCERIAS

Associações discutem resgate do ATS em BH

Georgja Baçvaroff



Magistrados mineiros reúnem-se com lideranças de outros estados

Além da busca permanente por uma re-composição dos subsídios da magistratura, baseada nas perdas

inflacionárias dos últimos sete anos, a Amagis reafirmou, durante reunião com presidentes de outras Associações

estaduais, no dia 14 de junho, uma ação conjunta em defesa do resgate do Adicional por Tempo de Serviço (ATS)

e da paridade entre ativos e inativos.

“Nossa luta será permanente, não só pelos subsídios, como tam-

bém pelo resgate do ATS e da paridade entre ativos e inativos”, pontuou o presidente da Amagis, Herbert Carneiro. Participaram do encontro, os presidentes das Associações estaduais de Magistrados de Goiás, Gilmar Coelho; de Santa Catarina, Sérgio Junkes; de Tocantins, Helvécio Maia Neto, entre outros.

O grupo discutiu as estratégias a serem adotadas para o enfrentamento das matérias junto ao Congresso Nacional, onde tramita a Proposta de Emenda à Constituição nº 68/2011, que trata do assunto. As PECs do ATS e da paridade foram idealizadas em Minas Gerais pelo então presidente da Amagis, Nelson Missias de Moraes. O presidente da AMB, Nelson Calandra, reconheceu a importância de Minas na elaboração desses projetos. ●

Financiamento de Veículos é no SICOOB JUS-MP

JÁ ESCOLHEU O MODELO DO SEU CARRO NOVO?

O RESTO É POR NOSSA CONTA.

Quando você decidir comprar ou trocar de carro, basta escolher a marca e o modelo, que o Sicoob JUS-MP tem a melhor opção de financiamento para você.*

Soluções de crédito exclusivas para veículos novos e usados com condições e taxas diferenciadas.

- ▼ Taxas variáveis de acordo com o Credit Score do cooperado, ou seja, quanto mais você participa da sua Cooperativa, menor será sua taxa;
- ▼ Sem cobrança de taxa de abertura de crédito;
- ▼ Pagamento com desconto em folha, débito em conta ou boleto bancário;
- ▼ Aqui o seu seguro de automóvel é ainda menor. Faça seu seguro com desconto especial no Sicoob JUS-MP. Consulte nossos corretores.



*operação sujeita a análise de crédito.

www.sicoobjusmp.com.br

Tel: (31) 3048.5574

SICOOBJUS-MP
Cooperativa de Crédito

PA TJ RAJA | Tel: (31) 3296.6974 | Av. Raja Gabaglia, 1.753 - 1ª Torre - 9º andar - Luxemburgo

GESTÃO ITINERANTE

Triângulo e Sul de Minas entram na rota da interiorização

A gestão itinerante da Amagis chegou à 13ª comarca, no mês de maio, alcançando magistrados de duas regiões: o Triângulo Mineiro e o Sul de Minas, por meio das Comarcas de Uberaba, Caxambu e Varginha. O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, se reuniu com magistrados do Sul de Minas, no dia 18 de maio, na Comarca de Caxambu.

Um dia antes, 17, o presidente da Associação esteve na Comarca de Uberaba, quando, acompanhado do ex-presidente da Amagis e secretário-geral da AMB, desembargador Nelson Missias de Moraes, participou de encontro com magistrados do Triângulo Mineiro. Também em maio, no dia 7, Herbert Carneiro, a vice-presidente da Associação, juíza Luzia Peixoto, e o vice-presidente Financeiro da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, foram até o Fórum da Comarca de Varginha, quando se reuniram com magistrados da região.

A revitalização da gestão itinerante da Amagis é uma das prioridades da atual gestão que, em cinco meses, visitou 13 comarcas mineiras. O futuro do Judiciário e as principais demandas dos juízes em cada região do Estado são temas dos encontros, além da reforma da Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ), que será votada neste ano na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Para o presidente da Amagis, a interiorização das ações possibilita a integração e o diálogo entre os juízes, fundamentais para o fortalecimento da

classe e a independência do Poder Judiciário.

O juiz Flávio Junqueira Silva, da Comarca de Baeependi, esteve na reunião de Caxambu e destacou a importância da interlocução promovida por esses encontros. Segundo ele, os magistrados que ficam no interior, muitas vezes, não têm tanto contato com os acontecimentos em Belo Horizonte e Brasília, bem como os projetos em favor da magistratura. “Daí, a importância da visita, quando o presidente da Amagis promove esses encontros”, disse.

Para o juiz Dailton Alves de Almeida, da Comarca de Conceição do Rio Verde, além de trazer informações importantes para os magistrados que atuam no interior, a presença da Amagis fortalece a instituição e proporciona um momento de confraternização entre os juízes.

Em Varginha, a diretora da Seccional da Amagis, juíza Beatriz da Silva Takamatsu, destacou a importância da presença da diretoria da Associação na comarca, que, segundo ela, demonstra a parceria de trabalho entre os juízes, além de reafirmar a valorização e a segurança da classe.

O juiz Fabiano Rubinger, diretor da Seccional da Amagis em Uberaba, participou do encontro com o presidente da Amagis e elogiou a interiorização das ações. De acordo com ele, o presidente Herbert Carneiro tem demonstrado sua linha de pensamento e conduta que é a de buscar e promover a integração com os juízes do interior, o que, segundo Rubinger, é muito importante. ●

Fotos: Georgia Baçvaroff



Caxambu: Juízes se reúnem na colônia da Amagis



Uberaba: Presidente da Amagis e magistrados do Triângulo Mineiro



Varginha: Diretores da Amagis participam da reunião no Fórum

DEFESA DE JUÍZES

Amagis mobiliza Vale do Aço contra ataques a magistrado

A OAB, o Ministério Público, a Defensoria Pública, as Polícias Civil e Militar e a Prefeitura Municipal uniram-se à Amagis e aos magistrados da região durante ato de desagravo, no dia 20 de maio, no Fórum de Ipatinga (Vale do Aço), contra os ataques feitos à independência e ao trabalho dedicado, responsável e isento dos juizes desta comarca em favor da justiça cidadã, especialmente a atuação séria e devotada do juiz Antônio Augusto Calaes de Oliveira, da 2ª Vara Criminal. Ele foi vítima de insinuações caluniosas do deputado estadual Durval Ângelo (PT).

Além do presidente da Amagis, Herbert Carneiro, participou do ato o vice-presidente Sociocultural-Esportivo da Amagis, desembargador Tiago Pinto. “Os magistrados de Ipatinga e região. E o Poder Judiciário como um todo estão empenhados e dispostos a combater, diuturnamente e sem medo, o crime organizado e a punir exemplarmente os responsáveis. Entretanto, é decisivo um trabalho harmonioso para esclarecer os fatos à luz da Constituição e das leis, para alcançar os resultados que garantam a ordem social”, defendeu o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, ao reafirmar que a Justiça Penal de Ipatinga é séria e nunca fez concessões a policiais supostamente envolvidos no crime.

Fotos: Tiago Parrela

**Herbert Carneiro comanda ato público em defesa de juiz****Ato público reuniu diversas instituições em Ipatinga**

Herbert Carneiro leu ainda uma nota, em nome da Amagis, reafirmando que o juiz Antônio Calaes manteve-se firme em sua missão e vocação, convencido de que a força do Judiciário está na independência de cada magistrado e que é fundamental dar sua contribuição no combate à criminalidade. “Defender o cidadão e os direitos

humanos é respeitar o constitucional direito à defesa e o respeito às leis para que outras injustiças não sejam cometidas em nome das anteriores”, disse o presidente, afirmando que o Poder Judiciário atua à luz da Constituição e não vive de palanques.

O promotor de Justiça Bruno Schiavo leu uma nota em nome do Ministério Público, re-

ria Pública, disse que o magistrado desempenha suas funções sempre com ética e moralidade. O advogado Eduardo Figueiras Rocha transmitiu o apoio da OAB ao magistrado e disse que a sociedade deve ficar tranquila de ter um juiz como Calaes na comarca.

O vice-prefeito de Ipatinga, Coronel Raimundo, representando a prefeita Cecília Ferramenta, disse que as declarações feitas contra o magistrado não condizem com o que o Poder Público municipal pensa do magistrado. A delegada regional da Polícia Civil, Irene Angélica, disse que esse tipo de acusação ao magistrado enfraquece as instituições e que elas só fornecem munição à criminalidade.

O Comandante regional da PM, coronel Bueno, disse ter total confiança no Poder Judiciário, pois dessa forma preserva-se o Estado Democrático de Direito. O diretor do Foro de Ipatinga, juiz Fábio Torres, disse que a magistratura de Ipatinga se sente honrada em ter o juiz Antônio Calaes na comarca e que as palavras ditas contra ele demonstram o desconhecimento com a realidade local. O diretor da Amagis em Ipatinga, Mauro Simonassi, foi solidário ao magistrado e disse que as acusações foram uma injustiça e uma inverdade contra o juiz. ●

gistrando o apoio e a admiração ao juiz Antônio Calaes, e disse que eventuais divergências processuais nunca foram suficientes para afastar a admiração e o respeito dos promotores de Justiça criminais desta comarca para com o compromisso com o magistrado.

O defensor público José Geraldo Júnior, em nome da Defensoria

DEFESA DE JUÍZES

Em notas, Associação reafirma independência de magistrados



Atenta às pressões sofridas pela classe em todo o Estado, nos dias 14 e 15 de maio, a Amagis defendeu em notas públicas o juiz Isaías Caldeira Veloso, da Comarca de Montes Claros, no Norte de Minas, e a juíza Lúcia de Fátima Magalhães Albuquerque Silva, da Comarca de Ouro Preto.

No fato ocorrido em Montes Claros, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, observou que, em 14 anos de trajetória, Caldeira Veloso nunca foi alvo de ação disciplinar, e que a sua substituição em um processo, a pedido de uma das partes, é uma medida meramente técnica e que não coloca o magistrado sob suspeição, ao contrário, o preserva, e ao judiciário, de quaisquer dúvidas sobre o julgamento.

Na nota de solidariedade à juíza Lúcia de Fátima, da Comarca de Ouro Preto, Herbert Carneiro declarou o apoio integral da Associação à conduta e atuação da magistrada que negou o pedido da Comissão de Direitos Humanos, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, de liberação do delegado investigado, Geraldo do Amaral Toledo Neto, para audiência pública, acolhendo pedido do Ministério Público, conforme determina a Constituição Estadual. O delegado é suspeito de homicídio.

No dia 29 de maio, a Amagis publicou nota de repúdio à campanha difamatória contra o juiz Fábio Garcia Macedo Filho, da Comarca de São Lourenço, no Sul de Minas. ●

CONVÊNIOS

A Amagis mantém convênios com uma série de empresas que oferecem descontos e outras vantagens aos associados. Basta informar a empresa sobre o convênio e apresentar um comprovante

de associação. A lista completa de empresas está disponível no site da Amagis (amagis.com.br), no link Convênios, e está dividida por cidades e ramos de atuação.

CONFIRA ALGUMAS EMPRESAS CONVENIADAS:

BELO HORIZONTE

Hotéis

Belo Horizonte Plaza Lourdes
R. Timbiras, 1660 - Lourdes
(31) 3247-4700

Ouro Minas Palace Hotel
Av. Cristiano Machado, 4001
Palmares
(31) 3429-4001

Cheverny Apart Hotel
R. Timbiras, 1492 - Lourdes
(31) 3218-2800

Quality Hotel Afonso Pena
Av. Afonso Pena 3761 - Serra
(31)2111-8900

Óticas

Ótica Centro Visão
R. Pernambuco, 1304
Funcionários
(31) 3201-1600

Ótica LaPatricia
BH Shopping loja 68
(31) 3286-2959

Automóveis

Supertec (Honda)
Av. Presidente Carlos Luz, 750
(31) 3469-5900

BH FOR (Ford)
Av. Cristiano Machado, 2101
Cidade Nova
(31) 3489-9015

Strada (Fiat)
R. Major Delfino de Paula, 1090
São Francisco
(31) 3490-7777

JUIZ DE FORA

Academia

Bodytech Club
R. Engenheiro Gentil Forn, 1805
(32) 3242-5183

Hotel

Victory Business Hotel
Av. Independência, 1850
São Mateus
(32) 3249-1850

UBERLÂNDIA

Hotel

Executive Inn Hotel
Av. Rondon Pacheco, 5000
Bairro Tiberly
(34) 3218-0500

Nutricionista

Analíssia Morum Resende
R. Tomaz Falbo 125
Santa Mônica
(34) 3219-3934

Aparelhos Auditivos

A&R Aparelhos Auditivos
R. Arthur Bernardes, 37
Martins
(34) 3238-0008

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Presidente faz alerta sobre sistema prisional no Supremo

O presidente da Amagis e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), Herbert Carneiro, expôs durante audiência pública, realizada, no dia 27 de maio, no Supremo Tribunal Federal as irregularidades e falhas do regime prisional.

Herbert Carneiro apontou a realidade dos estabelecimentos prisionais brasileiros, verificada durante inspeções realizadas pelo CNPCCP em vários Estados. O presidente da Amagis defendeu a criação de um novo modelo de política criminal e penitenciária, investimento na justiça restaurativa, a priorização das penas

Nélson Júnior/STF



Herbert Carneiro participa de seminário no Supremo Tribunal Federal

alternativas e a definição do sistema prisional como problema central a ser debatido. Durante sua

exposição, o magistrado defendeu ainda o fortalecimento do Estado no enfrentamento da questão

das drogas e no controle social e desenvolvimento de políticas específicas para o sistema prisional. ●

TRIBUNAL DO JÚRI

Nelson Missias debate em Formiga

Unifor-MG



Desembargador proferiu palestra em Formiga

O primeiro dia da Semana Jurídica do Centro Universitário de Formiga, realizado no dia 20 de maio, contou com a participação do secretário-geral da AMB, desembargador Nelson Missias de Moraes, ex-presidente da Amagis, para palestrar para estudantes, professores, magistrados e advogados.

Na ocasião, Nelson Missias de Moraes fez um histórico dos procedimentos do Tribunal do Júri em ambas as fases, após as alterações introduzidas pela lei 11.719 de 2008. Logo após a palestra do secretário-geral da AMB, foi a vez do presidente da Amagis, Herbert Carneiro, falar sobre a "Execução Penal sob a ótica humanista". ●

LETRAS JURÍDICAS

Kildare Carvalho toma posse na academia

Georgia Bacvaroff



Almeida Melo, Kildare Carvalho, Maria Imaculada e Adhemar Ferreira

O desembargador Kildare Carvalho tomou posse, no dia 4 de junho, da cadeira número 25 da Academia Mineira de Letras Jurídicas, cujo patrono é o jurista Eustáquio da Cunha Peixoto. A solenidade foi realizada no Automóvel Clube, em Belo Horizonte.

Em nome dos homenageados, Kildare Carvalho destacou que a

academia é o centro que cultiva e preza os valores da inteligência, do saber e da dignidade da pessoa humana e busca novos caminhos para o Direito. Também foram empossados o professor Ricardo Massara Brasileiro e o advogado José Anchieta da Silva, ex-presidente do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. ●

REALIDADE CARCERÁRIA É TEMA DE PALESTRAS

Convidado para palestrar em Santa Catarina e Minas Gerais, Herbert Carneiro defendeu a humanização do sistema prisional.

No dia 8 de maio, ele palestrou para aproximadamente 230 estudantes que participavam da semana jurídica da faculdade de Direito do Centro Universitário Fumec. Com as discussões sobre a execução penal em evidência, Herbert Carneiro também foi o convidado para palestrar, no dia 20, no Centro Universitário de Formiga (Unifor). E, no dia 15, falou sobre o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (Pai-PJ), no X Congresso Brasileiro de Direito e Teoria do Estado, realizado em Montes Claros.

No dia 22 de maio, Herbert Carneiro participou do II Fórum Estadual de Magistrados de Execução Penal de Santa Catarina (Femep), realizado em Bombinhas (SC), onde falou sobre os "Desafios da Execução Penal" e apontou aspectos e caminhos para superação da realidade penitenciária do País. ●

POLÍTICA DE SEGURANÇA

Sistema abre possibilidade de participação dos magistrados

A aprovação do Conselho Nacional de Justiça de criação do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário (SINASPJ), no dia 14 de maio, que determina um conjunto de diretrizes, medidas, protocolos e rotinas de segurança que deverão ser seguidos por todos os tribunais do país, possibilitará a participação da magistratura na Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário.

O Comitê Gestor do SINASPJ será presidido por um conselheiro indicado pelo Plenário do CNJ, integrado por um juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, um juiz auxiliar da presidência do CNJ e representantes das comissões permanentes de segurança dos tribunais e membros de órgãos de inteligência e segurança do País.

Em Minas, a Amagis atua em parceria como o

Tribunal de Justiça. Com a possibilidade de atuação no SINASPJ, a expectativa dos mineiros é de que as propostas que já estão sendo elaboradas no Estado, como a criação do Fundo Estadual de Segurança dos Fóruns, possam ser discutidas também no plano nacional.

PRIORIDADE MÁXIMA

A segurança da classe é uma das prioridades do presidente da Amagis, Herbert Carneiro, que desde o primeiro dia de sua gestão tem chamado a atenção para o quadro de insegurança nos fóruns, além de avaliar as condições de trabalho e segurança dos prédios que abrigam o Judiciário mineiro nas comarcas do Estado que tem visitado.

Ao todo, Herbert Carneiro já esteve em treze comarcas e, na maioria delas, observou alguma falha de segurança, como

Adriano Boaventura



Em Montes Claros, detector de metais não funciona

ausência de circuito interno de câmeras de segurança, portas com detector de metal que não funcionam, falta de vigilantes e locais inadequados para o armazenamento de armas que são provas dos processos.

Mesmo diante desse quadro, o presidente da Amagis acredita no diálogo com o Tribunal de Justiça e com o Governo do Estado para superar as deficiências encontradas nos fóruns, e aposta na participação

da classe na proposta de criação do Plano Estadual de Segurança. As sugestões dos magistrados podem ser feitas com envio de mensagens para o correio eletrônico comissaodeseguranca@amagis.com.br. •

Comissão formaliza proposta de Fundo Estadual

Tiago Parrela-29/05/2013



Eli Lucas, Herbert Carneiro, João Leite e Wanderley Salgado

A criação do Fundo Estadual de Segurança dos Fóruns, proposta da Amagis que conta com o apoio da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), foi discutida durante reunião da Comissão Permanente de Segurança da Amagis, realizada no dia 29 de maio.

Na ocasião, os membros da comissão apreciaram o estudo realizado pela juíza Amalin Aziz Santana, cujo objetivo é colaborar na fundamentação da discussão sobre o tema quando ele

for retomado pela ALMG. Outro instrumento a favor da magistratura será a minuta sobre o fundo que está sendo elaborada pelo secretário-geral da AMB, desembargador Nelson Missias de Moraes.

O objetivo do fundo é destinar recursos a melhorias das condições de segurança dos fóruns em todas as comarcas do Estado. Outro ponto discutido pela Comissão de Segurança da Amagis foi a intensificação do contato com órgãos de segurança pública estadual e federal. •

JUSTIÇA CIDADÃ

‘Mães que cuidam’ garante convívio familiar a detentas

Desenvolvido na Comarca de Varginha, por meio da atuação do juiz Oilson Nunes dos Santos Hoffmann Schmitt, o projeto “Mães que cuidam”, do Núcleo de Capacitação para Paz (Nucap), busca manter os laços das mães em situação de prisão com seus respectivos filhos, apostando na recuperação e mantendo o convívio familiar. O projeto foi o vencedor, na categoria juiz, do Prêmio Innovare, do ano passado. A intenção, agora, é de implantá-lo em outras comarcas de Minas e do País.

As mães condenadas são assistidas por uma equipe composta por educadora, assistente social e psicóloga, que acompanham o encontro entre mães e filhos, dando auxílio e passando as orientações. Elas ficam de segunda a sexta-feira, das 8h até as 17h, no estabelecimento, retornando no final do dia ao presídio.

Juiz da 1ª Vara Criminal e de Execuções Penais de Varginha, Oilson Hoffmann contou que o projeto nasceu após uma visita que ele fez ao presídio da comarca e deparou com a presença e condição das crianças no estabelecimento.

Na ocasião, o magistrado percebeu que havia muitas crianças brincando no presídio. “Isso me chamou muito a atenção, primeiro, por causa do número elevado de crianças, segundo, porque eles circulavam lá dentro como se estivessem em um parque de diversão, já habituados àquele mundo, e, o terceiro, foi que estas crianças, ao fazerem a visitação, tiveram de se sujeitar à revista”, disse o magistrado, que, após a constatação, buscou uma forma de não deixar essas crianças nesse ambiente. Foi quando ele buscou apoio de empresários locais e da sociedade para adotar uma solução para essa

Arquivo Pessoal



Programa alcançou bons resultados e foi premiado pelo Innovare

situação. Nasceu, então, o projeto “Mães que Cuidam”, através de uma parceria com a entidade privada Nucap, que banca todas as despesas do projeto.

Há dois anos, o projeto vem acolhendo também a família dos homens presos que trabalham na restauração da sede. O programa

também oferece reforço escolar, encaminhamento para escola, aulas de canto e violão. O projeto tem tido boa aceitação e ótimos resultados. Até agora, não houve registro de reincidência.

O Prêmio Innovare é uma iniciativa do Instituto Innovare e visa identificar, premiar e disseminar práticas ino-

vadoras realizadas por magistrados, membros do Ministério Público estadual e federal, defensores públicos e advogados públicos e privados de todo Brasil, que estejam aumentando a qualidade da prestação jurisdicional e contribuindo com a modernização da Justiça Brasileira. ●

– MINI-ENTREVISTA – JUIZ OILSON HOFFMAN SCHMITT

Nelson Júnior/STF



Como nasceu o projeto “Mães que Cuidam”?

Esse projeto surgiu depois de uma visita que fiz ao presídio da

comarca e percebi que havia muitas crianças brincando no local, o que me chamou muito a atenção. Percebi que elas circulavam como se tivessem em um parque de diversão, como se já estivessem habituadas. Além disso, quando essas crianças iam fazer a visitação, eram sujeitadas à revista. Foi quando percebi que não podia mantê-las nessa realidade e busquei parceiros para mudarmos essa situação.

Quem são os parceiros do projeto?

É o Núcleo de Capacitação para a Paz (Nucap), um grande parceiro, através do empresário Kléber Marques, que banca todas as despesas, projetos, pagamento de funcionários e reformas. Tenho um grande parceiro, que muito vezes, outros não possuem.

Qual a importância da atuação social da magistratura?

Ao juiz não é dado apenas o direito de ficar somente entre quatro paredes, dentro do gabinete. O juiz tem estar presente também na sociedade. Nada mais justo que desenvolver um projeto com pessoas que estão presas e que vivem praticamente na mais completa miséria econômica e moral. O juiz tem de estar voltado para este campo social, no sentido de tentar restabelecer

e resgatar não só a cidadania do próprio preso, mas em especial de sua família, porque esta criança de hoje é o homem de bem do futuro ou bandido. Quando levamos essas crianças para um ambiente sadio e ensinamos questões de higiene, reforço escolar, música, boa alimentação, possibilitamos que ela, no futuro, tenha uma propensão muito grande de não incidir no crime. ●

APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA

Amagis e ALMG lançam Frente Parlamentar

Guilherme Bergamini/ALMG



Frente Parlamentar foi lançada na Assembleia Legislativa

Idealizada pela Amagis, a Frente Parlamentar pelo Aperfeiçoamento da Justiça foi lançada no dia 6 de junho, no salão nobre da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A Frente suprapartidária atuará como fórum de debates e de defesa da independência da magistratura e do fortalecimento do Judiciário, com a finalidade de aprimorar o Poder Judiciário e dotá-lo de condições e recursos para a melhoria da prestação jurisdicional. “A Justiça requer aperfeiçoamento e mudanças para atender melhor e de modo ágil ao cidadão e a parceria com o Legislativo é fundamental para a aprovação de leis que tragam essas melhorias”, afirmou o presidente da Amagis,

desembargador Herbert Carneiro, destacando a intensa interlocução da Associação junto aos deputados mineiros no sentido de ampliar o debate e buscar as soluções para a realidade atual, como a falta de segurança nos fóruns mineiros e as precárias condições de trabalho.

A ideia é que todos os projetos que envolvam o aperfeiçoamento do Judiciário e da prestação jurisdicional passem pelo crivo da Frente Parlamentar suprapartidária. Entre eles, a Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ), que regulamenta o funcionamento do Judiciário em Minas Gerais e deve ser enviada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) até setembro. ●



Há mais de 50 anos, a AMAGIS
trabalha na defesa dos direitos
dos magistrados mineiros.

www.amagis.com.br

A magistratura mineira
com um espaço próprio na internet!

Visite o nosso site e confira notícias sobre o Poder Judiciário, artigos, sentenças, informações sobre serviços, benefícios, convênios e as produções da entidade.





“TÃO LOGO A CHUVA PARE”

Alegra-nos constatar a presença da mulher belo-horizontina na galeria de sonetistas brasileiros contemporâneos, a exemplo de ALMIRA GUARACY REBELO, CELY MARIA VILHENA DE MOURA FALABELLA, TEREZA COSTA VAL, LYGIA BRITTO DE SOUZA, as três primeiras, preciosas integrantes de nossas Academias Literárias; a outra, membro honorário das Academias Goianense de Letras, Interamericana de Literatura e Jurisprudência, Eldoradense de Letras.

De LYGIA BRITTO, de extraordinária espontaneidade na arte de criar, este belo exemplar de soneto vasado em

decassílabos heróicos, assim classificados em razão da tonicidade forte predominante na sexta sílaba de cada verso.

O autêntico retrato verbal foi concebido a partir da experiência de uma circunstancial precipitação chuvosa, pois é certo que o poeta encontra na entrega contemplativa dos acontecimentos o material adequado a uma arquitetura poética.

Enquanto o comum dos mortais vê o fenômeno pluvial com os olhos frios e incomodados de sua racionalidade, o Poeta se delicia com a sensibilidade de sua alma e o calor de sua emoção, extraindo da chuva um motivo novo para versejar.

“TÃO LOGO A CHUVA PARE”

Lygia Britto de Souza

Paramos pela chuva inesperada
Que rápida caiu sem ser prevista!
Paramos ante a loja enfeitada
De raras seduções ao consumista...

É chuva de verão!... É repentista!
Com jorros nos beirais e enxurrada.
Assim que a chuva pare e o sol invista
De novo a rebrilhar pela esplanada

Iremos avançar sob as marquises
Sem pingos nos beirais e sem deslizes,
Tomando a conclusão das caminhadas...

Pois nós, a meio-sol, já confortados
Iremos prosseguir nos passos dados
Tão logo a chuva seque nas calçadas!

Os interessados em participar da Coluna Pós-Litteratura, sob responsabilidade do desembargador João Quintino, devem encaminhar e-mail para imprensa@amagis.com.br ou ligar para (31) 3079-3453. Participe!

**Instituto Mineiro
de Perícias**



Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro
Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil
Contatos: + 55 31 3284-3423 | 9217-5156

www.periciasmg.com.br

Um olhar técnico a favor da

verdade.

Com um corpo técnico altamente especializado, o Instituto Mineiro de Perícias (IMP) atua nas mais diversas causas jurídicas e nas mais complexas questões periciais, esclarecendo pontos controversos de forma eficaz e agregando precisão e segurança aos resultados.

Áreas de atuação e perícias técnicas:

- Áudio, Vídeo e Informática
- Biologia, Bacteriologia e DNA
- Contábil
- Documentoscopia e Grafotecnica
- Engenharia
- Meio Ambiente
- Médica
- Patrimonial Histórico e Avaliação
- Psicologia
- Química
- Segurança, Engenharia e Medicina do Trabalho
- Trânsito

Convênio
AMAGIS

CONSELHEIRO LAFAIETE

Novo fórum é todo informatizado

O TJMG entregou, no dia 13 de maio, a magistrados e jurisdicionados de Conselheiro Lafaiete, no Campo das Vertentes, o novo prédio do fórum da Comarca.

As novas instalações possibilitam a plena informatização do fórum, que está pronto para abrigar as seis varas e os dois juizados especiais da comarca e possui capacidade para receber mais sete unidades jurisdicionais.

Na abertura da cerimônia, o diretor do Foro, juiz José Aluísio Neves da Silva, recordou os esforços dos magistrados ao longo dos anos para a efetivação de melhorias da Justiça em Conselheiro Lafaiete e defendeu um Judiciário forte e independente.

Na ocasião, o governador Antonio Anastasia reconheceu os desafios enfrentados pelo Judiciário e destacou a importância de superá-los, mantendo a harmonia entre os poderes. O presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano, destacou a importância de cidadãos e homens públicos do seu tempo, ao citar o exemplo do jurista Lafaiete Rodrigues Pereira.

O juiz José Martinho Nunes Coelho, diretor financeiro da Associação, representou o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, na cerimônia, da qual também participaram o vice-governador de Minas Gerais, Alberto Pinto Coelho, o corregedor-geral de Justiça, desembargador Audebert Delage, o desembargador Caetano Levi e o ex-presidente do TJMG Sérgio Resende. ●

Renata Caldeira/TJMG



Inauguração do fórum contou com a presença do governador Antonio Anastasia

HOMENAGEM

TJMG promove culto para as mães

Tiago Parrela



Evento aconteceu na unidade Raja

Por iniciativa do desembargador José do Carmo Veiga, o TJMG homenageou todas as mães, no dia 10 de maio, com a realização de um culto. A celebração, que aconteceu no auditório da unidade Raja Gabáglia, contou com a apresentação de uma orquestra de sinos, da 1ª Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte, e a leitura de um texto bíblico alusivos

às mães, pelo reverendo Edson Costa.

José do Carmo fez a leitura de um prelúdio, no início do culto, e disse que a homenagem foi feita em respeito e consideração àquelas que, pelo dom da vida, merecem ser lembradas e agradadas por Deus. O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, também celebrou o dia, em mensagem, às mães magistradas. ●

GUANHÃES

Desembargador recebe homenagem

Arquivo Pessoal



Godinho foi homenageado em Guanhães

No dia 10 de maio, o desembargador Bernardino Godinho recebeu homenagem da 32ª subseção da OAB-MG, na cidade de Guanhães, na região do Rio Doce, durante a posse da diretoria da Ordem na cidade. O desembargador Mauro Soares de Freitas representou o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro. Nascido em Malacacheta, no Vale do Mucuri, Bernardino Godi-

nho formou-se em Direito pela UFMG em 1958. Entrou para a magistratura em 1964 e atuou nas comarcas de Camanducaia, Jaboticatubas, Virgínoópolis, Mato Dentro e Belo Horizonte. Foi membro do Conselho Deliberativo da Amagis entre os anos 1977 e 1978, e também atuou durante 10 anos na diretoria da Amagis. Em 1987, tomou posse como desembargador do TJMG. ●

DIÁLOGO

Veja os temas dos programas de TV da Amagis em maio

PENSAMENTO JURÍDICO

**LODJ**

Neste ano, o TJMG, com a participação da Amagis, abriu o debate, por meio de audiências públicas, para discutir quais mudanças podem ser feitas com o objetivo de melhorar o atendimento, tornar a Justiça mais ágil e garantir a segurança nos fóruns. Para informar o porquê da Lei de Organização e Divisão Judiciárias ser reformada, conversamos com o desembargador Saulo Versiani, da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

9ª MAGISCULTURA

O Pensamento Jurídico, em edição especial, foi a Divinópolis, no Centro-Oeste de Minas, para acompanhar o lançamento da 9ª revista MagisCultura. Magistrados e autoridades estiveram presentes no evento. A publicação de cultura dos magistrados mineiros reúne contos, poemas e ensaios de juízes e desembargadores. A nova edição da MagisCultura fez uma homenagem especial à escritora e poetisa Adélia Prado, que nasceu e vive em Divinópolis.

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

A mediação é a mais nova ferramenta no tratamento dos conflitos familiares. Um meio pacífico para a solução de litígios, o modelo representa uma grande inovação no Judiciário. Para falar sobre o assunto, convidamos a juíza Andréa Barcelos Ferreira Camargos Faria, da 2ª Vara de Família de Divinópolis, no Centro-Oeste mineiro. Qual a diferença entre mediação e conciliação? Essa e outras questões foram respondidas no Pensamento Jurídico.

SEGURANÇA PÚBLICA

A crescente interiorização do crime é hoje um dos maiores desafios da segurança pública. O juiz Flávio Schmidt, de Muzambinho, no Sul de Minas, criou o Consep, um conselho para dar apoio aos órgãos de segurança pública da cidade, atuando tanto na prevenção quanto no combate à violência. No programa, ele nos conta os benefícios que o Consep trouxe à cidade e como os municípios brasileiros podem se defender e ajudar a combater o crime organizado.

ASSISTA**TV Justiça**

Canal 7, 117 ou 901
Sábado, às 18h30

TV Comunitária

Canal 6 ou 13
Sábado, às 20h30

VIA JUSTIÇA

**REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL**

A juíza Valéria Rodrigues, da Vara Infração da Infância e Juventude de BH, e o médico psiquiatra forense, Paulo Roberto Repsold, falaram sobre o aumento dos crimes violentos praticados por menores, que tanto estimula o clamor popular pela redução da maioridade penal. Quais as implicações na diminuição da idade penal? Quais são as propostas para o enfrentamento de crimes cometidos por menores?

CRIMES VIRTUAIS

Depois de muita polêmica sobre a falta de fiscalização e punição contra criminosos na internet, a lei 12.797/2012, que entrou em vigor no começo de abril de 2013, veio para dar mais segurança no ambiente virtual. A nova regra tipifica como crime uma série de condutas na web e aumenta a pena em alguns casos. Participaram do programa o desembargador Pedro Carlos Bittencourt Marcondes, da 8ª Vara Cível do TJMG, e o advogado Fernando Botelho.

TRIBUNAIS DE CONTAS

Os Tribunais de Contas são responsáveis pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos recursos públicos. Entretanto, grande parte da população ainda desconhece essas funções. A importância desses órgãos foi abordada pelo juiz Carlos Donizetti, da 7ª Vara da Fazenda Pública Estadual, e pelo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, José Alves Viana.

JUSTIÇA DESPORTIVA

Para falar da Justiça Desportiva no Brasil, convidamos o desembargador Wanderley Paiva, da 11ª Câmara Cível do TJMG, e o auditor do Tribunal de Justiça Desportiva de Minas, Sílvio Tarabal. Nossos convidados falaram sobre o Código Brasileiro de Justiça Desportiva, a Lei Pelé, o Estatuto do Torcedor, os direitos e deveres de atletas e clubes. Como a Constituição de 1988 reconheceu a Justiça Desportiva no Brasil? Como age o auditor?

ASSISTA**TV Assembleia**

Canal 11
Sexta-Feira, às 23h

TV Comunitária

Canal 6 ou 901
Sábado, às 22h

TV Justiça

Canal 7, 117 ou 901
Sábado, às 15h30

Tiago Parrela



ENTREVISTA >> JUÍZA LUDMILA LINS GRILLO

Do subúrbio do Rio de Janeiro, onde passou quase toda a infância e adolescência, para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o caminho foi longo e digno. E a escolha pela área do Direito, inusitada. Ludmila Lins Grillo tomou posse na magistratura mineira no dia 5 de abril de 2013. Filha de pais humildes que lhe deram amor, educação e lhe ensinaram a ter garra e perseverança. A escolha pela carreira veio aos 15 anos, com o exemplo da mãe, que, com mais de quarenta anos de idade, decidiu estudar sozinha para concurso público, obtendo êxito em três deles. Ludmila formou-se em Direito em 2005, pela UFRJ. Nesta entrevista ao DECISÃO, ela conta que sua opção pela magistratura mineira se deu pela simpatia com o Estado e pelo respeito e reconhecimento nacional que a carreira tem.

“

Visualizei a carreira da magistratura como sendo aquela que me completaria em todos os sentidos

A escolha pela magistratura mineira veio pela simpatia que tenho pelo Estado de Minas Gerais

A ascensão feminina está diretamente ligada à consciência coletiva que, ao longo dos anos, foi se estabelecendo em matéria de direitos das mulheres

A força e a capacidade das mulheres sempre foram algo muito óbvio

”

Como a senhora escolheu a área do Direito e, depois, a magistratura mineira?

A perseverança e o sucesso de minha mãe que, aos quarenta e poucos anos, voltou a estudar, sozinha, logrando êxito em três concursos, foram importantes para minha escolha. Decidi que também queria seguir aquele caminho. Queria ser servidora pública, com um bom cargo, estável e ainda contribuir de alguma forma para o benefício da sociedade de forma a me realizar também como pessoa – e não só como profissional. Visualizei a carreira da magistratura como sendo aquela que me completaria em todos os sentidos. Foi aí que optei pelo Direito. A escolha pela magistratura mineira veio pela simpatia que tenho pelo Estado de Minas Gerais.

Há alguns anos, a magistratura era uma carreira essencialmente masculina, e esta situação está mudando. A que a senhora atribui essa ascensão feminina?

A ascensão feminina está diretamente ligada à consciência coletiva que, ao longo dos anos, foi se estabelecendo em matéria de direitos das mulheres. Não se deve a um fato específico, mas à evidente capacidade demonstrada ao longo dos anos. Para mim, essa ascensão sempre foi um caminho natural e inevitável – um dia teria que acontecer. A força e a capacidade das mulheres sempre foram algo muito óbvio. A capacidade de administrar várias coisas importantes ao mesmo tempo (casa, filhos, beleza, trabalho, relacionamento) sempre deixou muito clara a força da mulher.

Existe uma fórmula para “endurecer”, mas não perder a “ternura”?

Não acredito que haja uma fórmula predeterminada. Basta que as decisões – por mais duras que sejam – sejam devidamente fundamentadas, e as partes sempre tratadas com o devido respeito e educação por parte do magistrado, tanto nas manifestações escritas como orais,

em audiências. Dessa forma, é possível conciliar o rigor com a delicadeza.

Em quais aspectos, além da sensibilidade, a mulher pode contribuir para a magistratura ou para outras carreiras que eram essencialmente masculinas?

Além da sensibilidade, que é uma característica muito presente nas mulheres em geral – e evidentemente útil nas causas que envolvem família, guarda de crianças, abusos morais e sexuais, dentre outros – a presença de quantidade significativa de mulheres na magistratura e em outras carreiras tem o condão de contribuir para a erradicação do preconceito, na medida em que vão ocupando cargos de poder e os desempenhando com maestria e desenvoltura, conquistando o respeito e a confiança dos homens e da população em geral. Além disso, existem características essencialmente femininas que também contribuem para dar

mais leveza ao exercício da magistratura, como a delicadeza no trato de situações áridas e a percepção de detalhes. Isso não significa que os homens não possuam tais atributos, apenas que as mulheres os apresentam de forma mais evidente, influenciando todo o sistema antes dominado pelo universo masculino.

Qual expectativa da senhora, que entra agora para uma das maiores e mais respeitadas magistraturas do país?

As expectativas são as melhores possíveis. Ingressar como membro de uma instituição tão respeitada só aumenta a imensa vontade de participar ativamente da transformação social e de contribuir efetiva e diariamente para a concretização da Justiça, colocando em prática tudo aquilo que, até então, víamos no plano teórico, o que, certamente, trará não somente grande realização profissional e pessoal, como também, grande benefício à sociedade mineira com a chegada dos novos juízes. ●

Cirque du Soleil traz novo espetáculo a Belo Horizonte

O Cirque du Soleil está de volta ao Brasil e aporta mais uma vez em Belo Horizonte, desta vez com o espetáculo Corteo. As apresentações na capital mineira vão de 19 a 29 de setembro e os ingressos já estão à venda.

O espetáculo já foi assistido por mais de 6,5 milhões de pessoas em todo o mundo e, no Brasil, terá apresentações em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Curitiba, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

CORTEO

Corteo, que significa "cortejo" em italiano, é uma procissão alegre, uma parada festiva imaginada por um palhaço. Este espetáculo reúne a paixão do ator com a graça e a força do acrobata, para transportar o público a um mundo teatral de prazer, comédia e espontaneidade situado num espaço misterioso entre o céu e a terra.

O palhaço imagina o seu próprio funeral, numa atmosfera de festa e observado por amáveis anjos. Contrastando o grande e o pequeno, o ridículo e o trágico, a magia da perfeição e o charme da imperfeição, o espetáculo evidencia a força e a fragilidade do palhaço, mas também a sua

sabedoria e ternura, para ilustrar o aspecto humano de cada um de nós. A música, ora lírica, ora divertida, transforma Corteo numa festa intemporal onde a ilusão brinca com a realidade.

HISTÓRIA DO CIRCO

A história do Cirque du Soleil tem início no começo dos anos 1980 em Baie-Saint-Paul, um vilarejo a leste da cidade de Quebec, no Canadá. "Os Equilibristas de pernas-de-pau de Baie-Saint-Paul", um grupo teatral fundado por Gilles Ste-Croix, andavam em pernas-de-pau, faziam malabarismo, dançavam, cuspiam fogo e tocavam música. Esses jovens artistas, dentre os quais o fundador do Cirque du Soleil, Guy Laliberté, sempre impressionavam, intrigando os moradores de Baie-Saint-Paul.

Em 1984, durante a comemoração do 450º aniversário da descoberta do Canadá por Jacques Cartier, a província de Quebec procurava um evento para comemorar essa data. Guy Laliberté convenceu os organizadores de que a melhor escolha seria uma turnê dos artistas do Cirque du Soleil pela província e dali em diante não parou mais. ●

Marie-Reine Mattera ©Cirque du Soleil, Inc. 2005



Corteo já foi visto por mais de 6,5 milhões de pessoas pelo mundo

AGENDE-SE

Belo Horizonte

Estreia quinta: 19/09/2013

Ingressos: www.ticketsforfun.com.br

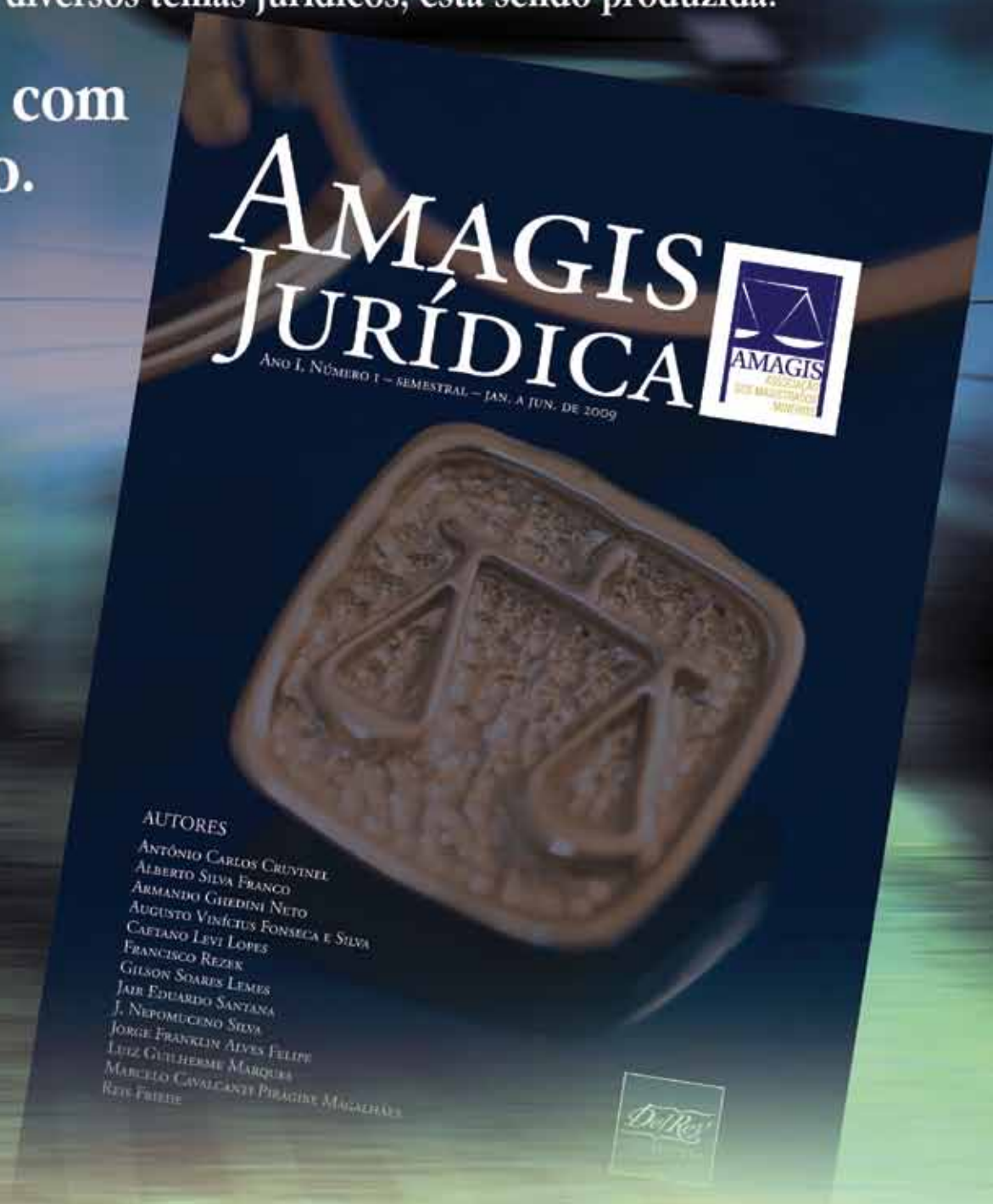
Informações: 4003-5588

	TERÇA A QUINTA; SEXTA - 1ª SESSÃO; DOMINGO - 2ª SESSÃO.		SEXTA - 2ª SESSÃO; SÁBADO; DOMINGO - 1ª SESSÃO.	
	INTEIRA	MEIA-ENTRADA	INTEIRA	MEIA-ENTRADA
SETOR PREMIUM	R\$ 440,00	R\$ 220,00	R\$ 450,00	R\$ 225,00
SETOR 1	R\$ 400,00	R\$ 200,00	R\$ 410,00	R\$ 205,00
SETOR 2	R\$ 290,00	R\$ 145,00	R\$ 290,00	R\$ 145,00
SETOR 3	R\$ 190,00	R\$ 95,00	R\$ 190,00	R\$ 95,00

Compartilhe seus conhecimentos jurídicos

A Revista Amagis Jurídica, que reúne textos dos magistrados mineiros sobre diversos temas jurídicos, está sendo produzida.

Colabore com
seu artigo.



Para participar, os interessados devem enviar o texto na fonte Arial, corpo 12, espaço entre linhas de 1,5, no máximo 30 mil caracteres ou 20 laudas, incluindo capa, folha de rosto e bibliografia para o e-mail

imprensa@amagis.com.br

INTEGRAÇÃO

Amagis promove lazer aos magistrados

Tiago Parrela



Dança de salão é uma das atividades oferecidas pela Associação

Como uma das propostas da nova diretoria da Amagis, em desenvolver atividades que congreguem cada vez

mais os associados e usar os espaços de lazer da Associação, a Amagis promoveu, no mês de maio, mais uma edi-

ção do happy hour, aula de xadrez, no Parque Esportivo, além de uma aula de dança de salão, no salão de festa.

No dia 8 de maio, magistrados e familiares puderam conhecer as noções básicas de xadrez, conceitos de aberturas,

desenvolvimento e finalização, e situações de ataque e defesa de xeque-mate, algumas das lições passadas pelo enxadrista Giovanni Emiliano dos Reis. No dia 23, foi a vez de mais um happy hour, uma das iniciativas da diretoria da Associação para revitalizar o uso do parque pelos associados.

Já no dia 28 deste mês, magistrados e familiares puderam aprimorar, desenvolver e conhecer os ritmos da dança de salão, com a realização de uma aula de dança pelo professor Elbert Vinícius Fátima, da Academia Ponto da Dança, que passou os princípios básicos do bolero, samba e do forró.

Desde o início da gestão, a diretoria tem promovido ações que ofereçam mais opções de lazer para os associados, promovendo a integração da classe. ●

INSTITUCIONAL

Associação e Cemig renovam parceria

Tiago Parrela



Diretora Maria Celeste e diretoria da Amagis, na Cemig

O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, fez uma visita de cortesia à diretora jurídica da Cemig, Maria Celeste Morais Guimarães, no dia 2 de maio, acompanhado de membros da diretoria, para agradecer o apoio que a empresa deu aos projetos desenvolvidos e renovar a

parceira entre as duas instituições.

Além do presidente da Amagis, participaram da reunião, o desembargador Nelson Missias de Moraes, ex-presidente da Amagis e secretário-geral da AMB, a juíza Rosimere Couto, diretora de Comunicação da Amagis, e o juiz Carlos Donizetti. ●

TRANSPARÊNCIA

Leilão de mobiliário arrecada R\$ 14 mil

Bruno Gontijo



Todos os lotes foram vendidos

A Amagis realizou, no dia 25 de maio, na sede da Associação, em Belo Horizonte, o leilão do mobiliário de seu salão de festas. Após uma disputa acirrada, todos os lotes foram vendidos, sendo apurado o montante de R\$ 14 mil.

O leilão foi conduzido pelo leiloeiro Raimundo Célio Soares Vargas, com

grande experiência na área, e todo o procedimento foi acompanhado pelo diretor financeiro da Amagis, juiz José Martinho Nunes Coelho.

Os móveis foram leiloados por sugestão da comissão especialmente criada para este fim, pois havia grande interesse de associados em adquiri-los. ●

SEU DINHEIRO

Taxa Selic deixa poupança mais atrativa

Shutterstock



Brasília – A elevação da taxa Selic (juros básicos da economia) para 8% ao ano beneficiou quem guarda dinheiro na poupança. Por causa da fórmula em vigor desde o ano passado, que atrelou a remuneração da caderneta aos juros básicos, o rendimento da aplicação subiu de 5,25% para 5,6% ao ano.

De acordo com levantamento da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), a mudança na taxa Selic deixa a poupança mais rentável que a maioria dos fundos de investimento. Apenas nos casos em que os fundos cobram taxas de administração baixas e o dinheiro fica aplicado por mais tempo, a ca-

derneta torna-se menos vantajosa.

Segundo a Anefac, a poupança rende menos que os fundos somente quando a taxa de administração corresponde a 0,5% ao ano se o dinheiro ficar aplicado pelo menos dois anos. Em quase todas as outras simulações, a poupança tem rendimento maior. A exceção é para as aplicações de um a dois anos em um fundo com taxa de administração de 0,5% ao ano. Nesse caso, o fundo rende o mesmo que a poupança.

A fórmula só vale para o dinheiro depositado na poupança a partir de 4 de maio de 2012. Para os depósitos anteriores, o rendimento segue a regra antiga, de 0,5% ao mês mais a TR. ●

Com informações da Agência Brasil

CÂMBIO

Dólar fecha no maior nível em quatro anos

Antônio Cruz/Agência Brasil



Ministro Guido Mantega sinalizou alta da taxa de juros

Brasília – Apesar da intervenção do Banco Central (BC), a cotação do dólar fechou o mês de maio no maior nível em quatro anos. O dólar comercial encerrou o dia cotado a R\$ 2,1412 para compra e R\$ 2,1424 para venda, com alta de 1,36% apenas hoje (31). Em maio, a moeda norte-americana subiu 7,04%, a maior

alta mensal desde setembro de 2011. Nos cinco primeiros meses do ano, o dólar subiu 4,78%.

Desde 5 de maio de 2009, no auge da crise financeira internacional, a moeda norte-americana não atingia um nível tão elevado. Naquele dia, a cotação fechou em R\$ 2,149 para venda. Nem a atuação do BC,

que vendeu US\$ 876,7 milhões no mercado futuro e interveio no mercado pela primeira vez em dois meses, foi suficiente para segurar o câmbio. A cotação chegou a cair para R\$ 2,1195 no início da tarde, mas voltou a subir nas horas seguintes.

Há uma semana, o dólar vem subindo por causa de indica-

ções que o Federal Reserve (Fed), o Banco Central dos Estados Unidos) reduzirá os estímulos monetários que têm impulsionado a economia norte-americana nos últimos anos. Com a diminuição do volume de dólares em circulação, a moeda fica mais cara, o que afeta as cotações em todo o mundo.

No último dia 29, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que a ação do Fed, ao sinalizar que poderá elevar as taxas de juros, “fez com que as taxas relativas ao dólar se elevassem no longo prazo e [provocou uma situação em que a maioria das moedas está se desvalorizando”. ●

Com informações da Agência Brasil

OBRIGADO BRASIL!

32
ANOS

Guarda-móveis

GEGÊ

MUDANÇAS

(31) 3332.3800 - 3332.4280
www.gegemudancas.com.br

RECONHECIMENTO

Aposentados de 2012 serão homenageados pela Amagis

A magistratura mineira irá se reunir, no dia 27 de junho, às 19h, no Salão de Festas da Amagis, em Belo Horizonte, para manufestar reconhecimento e homenagear os juizes e desembargadores que se aposentaram em 2012.

Para a diretoria da Associação, a homenagem, mais do que uma forma de reconhecimento, fortalece os vínculos entre os associados de primeira e segunda instâncias, aposentados e ativos, integrando e fortalecendo a classe.

A homenagem foi criada por meio da por-

taria normativa 4 de 2011. Depois de instituída, chega à sua terceira edição, consolidando-se como tradição a entrega da placa reverencial que simboliza o respeito e a gratidão associativa ao magistrado, que, com a aposentadoria, deixa as atividades profissionais.

Na placa reverencial, há uma inscrição em latim: *otium cum dignitate*, cunhada pelo filósofo Cícero Arpino, que significa “descanso honrado” e expressa o respeito da associação aos magistrados que se aposentaram na carreira que tanto dignificaram. ●

HOMENAGEADOS

Juizes:

Adair Sebastião Alves
Alcino Waldir Leite
Antônio Évio de Souza
Carlos Pavanelli Batista
Fernando Humberto dos Santos
João Ary Gomes
José Carlos Marques
José Ilceu Gonçalves Rodrigues
José Martinho Nunes Coelho
Lénin Ignachitti
Maria de Fátima Santos Dolabela
Marli Rodrigues da Silva
Paulo Sérgio Ferreira
Romário Silva Junqueira

Desembargadores:

Antoninho Vieira de Brito
Cláudio Renato dos Santos Costa
Dídimo Inocêncio de Paula
Edivaldo George dos Santos
Francisco Kupidowski
José Antônio Braga
José Nicolau Maselli
Mário Lúcio Carreira Machado
Maurício Barros
Mauro Soares de Freitas
Osmando Almeida
Reinaldo Portanova
Roney Oliveira
Tarcísio José Martins Costa

JULGUE ESTA CAUSA A SEU FAVOR.

CIVIC EXR
2.0
FLEX

À VISTA
R\$ 78.530,65*



facebook.com/AutoJapanHonda
 @autojapan_honda

Cortesia:**

- + protetor de cárter
- + jogo de tapetes

RAJA

Raja, 2760 - 3298-2900

CIDADE NOVA

Cristiano Machado, 2510 - 3429-3333

BANDEIRANTES

Bandeirantes, 140 - 3069-0050

PAMPULHA

Catalão, 750 - 3469-5900

SEMINOVOS BARÃO

Barão, 2761 - 3313-4611

autojapan.com.br



HONDA

AUTO JAPAN

Respeite os limites de velocidade.



* Valor à vista para a compra de Honda Civic EXR zero km, válido exclusivamente para faturamento direto da fábrica, para filiados Amagis. **Protetor de cárter e jogo de tapetes como cortesia na compra do modelo Honda Civic EXR, para filiados Amagis. Condições válidas de 01 a 30 de Junho de 2013. Promoção não cumulativa com outras. Imagem meramente ilustrativa.

Dictum
 instituto de gestão e perícia

PERÍCIA E ASSESSORIA TÉCNICA
 EM PROCESSOS JUDICIAIS
 E EXTRAJUDICIAIS

Rua Raimundo Correa, 52 - sala 02 - São Pedro - CEP 30330-090 - Belo Horizonte/MG | www.dictuminstituto.com.br | 31 3282-5374



Programa **AMOR** à **VIDA**



Bem-estar e qualidade de
vida para você, usuário do
AMAGIS SAÚDE

NUTRIÇÃO

Alimentação saudável é
tema de encontro do 'Amor à Vida'

Georgia Baçvaroff



Encontro foi realizado no Amagis Saúde

A importância da alimentação saudável e a sua influência na prevenção de doenças crônicas foram temas de um encontro realizado pela nutricionista do 'Amor à Vida', do Amagis

Saúde, Silvana Lopes, e um grupo de associadas ao Amagis Saúde, no dia 13 de maio, na sede da Associação, em Belo Horizonte.

Silvana Lopes afirmou que o cuidado com

a saúde começa pela alimentação. "Quando você agrega conhecimentos, a escolha pela alimentação adequada acontece naturalmente", disse.

As associadas puderam tirar dúvidas e ob-

ter informações sobre uma série de doenças, além de saberem de que forma a alimentação saudável influencia na prevenção e no bem-estar das pessoas.

Esse foi o primeiro encontro do grupo de orientação com pacientes que são atendidos pela profissional, no programa 'Amor à Vida'. A ideia é que sejam realizados encontros mensais. O programa é desenvolvido pela Amagis Saúde para a promoção da saúde preventiva e da qualidade de vida. Os interessados em participar do programa podem ligar no telefone (31) 3079-3472. ●

NOVOS CREDENCIADOS

Cidade	Especialidade	Credenciado	Endereço	Telefone
Belo Horizonte	Acupuntura	Celso Homero Santos Oliveira	Rua Rio Grande do Norte, 57 Conj. 1001 Santa Efigênia	(31) 3226-7801
	Dermatologia	Letícia Pires Vaz Brandão Teixeira	Av. Francisco Sales, 1420 Sala 1204 - Santa Efigênia	(31) 3221-4799
	Ginecologia e Obstetrícia	Neli Sueli Teixeira de Souza Ginecologia e Obstetrícia Ltda.	Av. Francisco Sales, 1420 Sala 802 - Santa Efigênia	(31) 3281-9811
	Neurocirurgia	Antônio Pedro Baroni Amaral	Rua dos Aimorés, 2480 11º Andar - Lourdes	(31) 3337-1212
	Otorrinolaringologia	Ricardo Jacob de Macedo	Av. Bernardo Monteiro, 890 Sala 601 - Funcionários	(31) 3222-2100
	Radioterapia	Radiocare Centro Avançado de Radioterapia	Av. do Contorno, 9530 Barro Preto	(31) 3335-0131
	Reumatologia	Maria Fernanda Brandão de Resende Guimarães	Rua Maranhão, 774 Santa Efigênia	(31) 3281-1090
Divinópolis	Psicologia	Ana Maria Ferreira Rios	Rua Dom Pedro I, 312 Vila Cruzeiro	(37) 3212-9752
Montes Claros	Fisioterapia	Ifisio- Instituto de Fisioterapia de Montes Claros	Rua Pedro Montes Claros, 36 Centro	(38) 3082-7701
Uberaba	Patologia Clínica	Laboratório Sabin	Av. Santos Dumont, 1106 São Sebastião	(34) 3334-9400
Pouso Alegre	Fisioterapia	Jales Henrique Pereira de Lima	Rua Augusto Baggio, 51 Santa Filomena	(35) 3422-2441

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Presidente da Amagis:
Desembargador Herbert
José de Almeida Carneiro

Diretoria do Amagis Saúde:
Vice-presidente de Saúde
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro
Juiz Cláudio Manuel
Barreto de Figueiredo

Conselho Gestor:
TJMG

Wander Paulo Marotta Moreira
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes
José Geraldo Saldanha da Fonseca
Geraldo José Duarte de Paula

Juizes da Capital
Maria Luiza Santana Assunção
Edison Feital Leite

Suplentes
Marco Aurélio Ferenzini
Marli Maria Braga Andrade

Juizes do Interior
Marcelo Carlos Cândido
Dalton Soares Negrão

Suplentes
Paulo Antônio de Carvalho
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo
Francisco Albuquerque

Suplentes
Noelmo Adelino Machado
Mauro Soares de Freitas

Diretoras de comunicação:
Juízas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Baçvaroff - Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Editoração

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

AUTOGESTÃO

Plano de Saúde da Amagis inspira Associação de Goiás

Depois de conhecer a estrutura do Amagis Saúde, o presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (Asmeço), juiz Gilmar Luiz Coelho, e o diretor Administrativo da Asmeço, Levine Raja Gabáglia, revelaram o interesse em adotar, na magistratura goiana, o bem-sucedido modelo de Minas.

A apresentação foi feita pelo presidente da Amagis, Herbert Carneiro, durante encontro na sede da Associação, em Belo Horizonte, no dia 14 de maio. Os magistrados goianos têm a intenção de implantar, na Asmeço, um plano de saúde semelhante ao modelo da Amagis. Segundo o juiz Gilmar Coelho, a estrutura do plano de saúde da Amagis impressionou, além de ser um plano próprio dos magistrados e reconhecido pela Agência Nacional

de Saúde (ANS). “Vou levar o estatuto do plano e todo conhecimento que obtive aqui para Goiás”, afirmou.

EXCELÊNCIA

Em abril, o Amagis Saúde recebeu prêmio por excelência no atendimento. Em reconhecimento à nota máxima no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS) conferida pela Agência Suplementar Nacional de Saúde (ANS) ao Amagis Saúde em 2012, a União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas) premiou o plano de saúde da magistratura mineira pela excelência do serviço prestado, durante cerimônia realizada em Brasília, no dia 15 de abril.

Para o vice-presidente de Saúde da Amagis, juiz Maurício Soares, este é mais um reconhecimento à Amagis pela gestão

Georgia Bacvaroff



Herbert Carneiro, Gilmar Coelho e Levine Raja Gabáglia

do plano nos últimos anos, que colocou e mantém definitivamente o Amagis Saúde entre os melhores do País.

A avaliação da ANS leva em consideração critérios como a rede credenciada, número de médicos, hospitais e ambulatórios, a situação financeira, estrutura, qualidade

no atendimento e satisfação do usuário.

Para atender a estas exigências, o Conselho Gestor de Saúde reúne-se periodicamente para planejar ações que visam qualificar, cada vez mais, o atendimento aos usuários do plano, como a implementação de novos sistemas de gestão e a amplia-

ção do departamento de auditoria e coordenação do plano de saúde.

De acordo com o estatístico João Roberto Rodarte, que fez estudo contábil do Amagis Saúde, o plano vem tendo uma evolução patrimonial desde 2009, confirmando boa saúde financeira. ●



Há mais de 50 anos, a AMAGIS
trabalha na defesa dos direitos
dos magistrados mineiros.

www.amagis.com.br

Visite o nosso site e confira notícias sobre o Poder
Judiciário, artigos, sentenças, informações sobre serviços,
benefícios, convênios e as produções da entidade.

A magistratura mineira
com um espaço próprio na internet!